

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
RELATÓRIO FINAL DA BOLSA PIBIC/CNPq – UFSC 2005/2006
PROFESSOR ORIENTADOR: YAN CARREIRÃO

Voto e contexto sócio-geográfico em Santa Catarina (1982/2004)

Acadêmico (a): Sibeli Dassoler

Florianópolis, 31 de agosto de 2006.

RESUMO

Este trabalho, após realizar uma revisão bibliográfica das principais correntes teóricas sobre o comportamento eleitoral e das principais teses explicativas do voto no Brasil, utiliza a abordagem sociológica, para buscar compreender os padrões de comportamento eleitoral

em Santa Catarina, que estariam ligados diretamente com os processos de modernização, cujos indicadores centrais são os fenômenos da urbanização e industrialização.

A partir disso, buscarei testar o grau de validade da hipótese apresentada, ou seja, verificar o grau de dependência dos votos em determinados partidos com relação à infraestrutura sócio-geográfica (urbanização e industrialização) e o grau de alfabetização dos eleitores.

O estudo de correlação das variáveis contextuais analisadas com os cinco principais partidos catarinenses nas eleições para todos os cargos políticos, destaca-se uma relativamente baixa influência, como regra geral, dos contextos sobre o voto em SC, no período 1982 a 2004.

Palavras-chave: Comportamento Eleitoral; Eleições; Voto.

INTRODUÇÃO

O trabalho inicia-se com uma revisão bibliográfica das teorias dos principais autores que estudam o comportamento eleitoral no mundo político. Na segunda parte, utilizando a abordagem sociológica, buscarei uma compreensão do voto em Santa Catarina. Através de um estudo comparativo e com dados agregados farei a análise da correlação entre os resultados das eleições, por partido, para cada município, e indicadores sócio-geográficos (urbanização, industrialização e educação) nas eleições de 1982 a 2004. Por fim, a terceira e última parte é dedicada às considerações finais.

Os dados empíricos relativos às eleições catarinenses permitirão testar a hipótese, existente na literatura, de que os partidos mais conservadores tendem a ter melhores votações em contextos de menor urbanização, industrialização e níveis de escolaridade, enquanto os partidos mais “progressistas” tenderiam a ter melhores votações em contextos opostos.

COMPORTAMENTO ELEITORAL

O comportamento eleitoral é um dos temas mais importantes na ciência política. Diversos autores têm estudado como os cidadãos se comportam perante os fenômenos políticos e também como decidem seu voto.

Dentre as principais teorias que buscam explicar o comportamento do eleitor, três abordagens se destacam: a teoria da escolha racional, a teoria sociológica e a teoria psicossocial ou psicossociológica.

A teoria da escolha racional tem como um dos seus principais formuladores Anthony Downs (1957, apud Castro, 1992). Ela é baseada no micro individualismo, ou seja, o eleitor age, “toma a decisão de votar”, a partir do benefício que julga poder obter com sua decisão de voto, quer dizer, ele calcula até que ponto o ato de votar irá beneficiá-lo.

Ao decidir se vota ou não, o eleitor leva em conta o benefício que espera obter caso o seu candidato ganhe e considera a probabilidade de que seu voto afete o resultado da eleição, de forma que seu partido ou candidato vença; nesse cálculo, o eleitor desconta os custos com que vai arcar por decidir votar – procura e obtenção de informação, por exemplo, e os custos do próprio ato de votar – tempo e energia gastos em se deslocar até as urnas (Castro, 1992, p. 8).

Muitos autores afirmam que a teoria da escolha racional é falha no sentido de explicar a participação dos eleitores: uma vez que essa teoria leva em conta fatores de cunho estritamente econômicos, o eleitor racional provavelmente não votará, tendo em vista os custos envolvidos nessa ação. Entretanto, como se explica a alta participação dos eleitores? Seriam estes, “irracionais”? Este é um paradoxo levantado por alguns críticos dessa teoria. Para explicar esse paradoxo da participação, vários autores tentaram acrescentar outras variáveis ao modelo original de Downs. Alguns como, Riker e Ordeshook (1968 e 1973, apud Castro, 1992), tentam mostrar que o custo de votar pode ser reduzido por outros benefícios que o eleitor obtém, como o de exercer a “afirmação da confiança no sistema político”, “afirmação da preferência partidária”, ou ainda da “própria eficácia na conformação do sistema político”.

Castro (1994) afirma que ao introduzir novos benefícios, modifica-se a teoria original de Downs (1957), ou seja, se amplia o conceito de utilidade daquele unicamente econômico; surgem também as recompensas de valor ético e moral. Assim, surge então a necessidade de incorporar ao enfoque econômico algum dos pressupostos de outras correntes teóricas, com destaque a corrente sociológica.

Castro (1994) assegura que a maioria das pesquisas voltadas para explicar o comportamento eleitoral no Brasil parte da perspectiva sociológica (perspectiva macro). A

suposição básica desses estudos é de que fatores sócio-econômicos globais, estruturais, influem sobre o comportamento dos eleitores, uma vez que compõem o contexto em que cada um se insere. “A participação política dos indivíduos pode ser explicada pelo ambiente socioeconômico e cultural em que vivem e pela inserção em determinados grupos sociais ou categorias demográficas” (Castro, 1992, p. 14).

A hipótese mais geral que orienta esse tipo de estudo é que processos sociais amplos, como o avanço do capitalismo, são acompanhados por mudanças estruturais importantes, como a industrialização e a urbanização, que possibilitam a manifestação das clivagens sociais no apoio de camadas do eleitorado – classes sociais ou estratos diferentes - a determinados partidos e candidatos (Castro, 1994, p.65).

Os trabalhos realizados a partir dessa perspectiva podem analisar os resultados eleitorais por dados agregados ou através de *surveys*. As análises baseadas em resultados eleitorais agregados não permitem fazer inferência sobre os determinantes do comportamento individual. Permitem, porém, sustentar que o contexto estrutural do eleitor influencia, de alguma forma, seu comportamento.

A corrente psicossociológica teve seu surgimento com o desenvolvimento e a disseminação das técnicas de *surveys* nas ciências sociais e como principal núcleo acadêmico a Universidade de Michigan. Essa corrente não nega o impacto que os fatores macroestruturais possuem sobre o comportamento eleitoral dos indivíduos, mas destaca que estes fatores, somente, não explicam tudo. Ela propõe uma abordagem que se baseia nas atitudes, nas motivações e percepções que levam os indivíduos a optar por um determinado partido ou candidato no processo eleitoral.

Castro (1994) salienta que:

[...] É preciso reconhecer que todas as correntes teóricas têm contribuição a dar em uma teoria suficientemente ampla para explicar o voto no Brasil. Em lugar de um confronto entre correntes teóricas supostamente antagônicas, parece mais fecundo considerar a possibilidade de que fatores sociológicos e psicossociológicos, em relação complexa com contextos socioeconômicos e institucionais, sejam, todos eles, importantes para explicação do comportamento eleitoral no país (Castro, 1994, p.107).

A preocupação da ciência política no Brasil com o comportamento eleitoral data de meados dos anos 1950. Cientistas sociais realizaram uma série de pesquisas para explicar as eleições e o comportamento eleitoral utilizando-se fortemente da explicação sociológica e

psicossociológica para caracterizar o comportamento do eleitor brasileiro. Com o passar do tempo, as contribuições da teoria da escolha racional também foram incorporadas na análise do eleitor brasileiro.

O trabalho de Castro (1994), procura explicar os mecanismos de decisão do voto segundo o “grau de sofisticação política” dos eleitores. Castro (1994) afirma que a “sofisticação política” seria a variável explicativa que melhor caracteriza o comportamento eleitoral do brasileiro e que ela se relaciona com o grau de articulação ideológica. “Setores sociais de posição mais central na estrutura da sociedade provavelmente terão mais informação e serão orientados, no seu comportamento, por ideologias políticas” (Castro, 1992, p.19). Entretanto, a autora salienta que não tem sentido afirmar que o eleitorado precariamente informado não age racionalmente; ele decide com base nos recursos de que dispõe: imagens dos partidos ou dos candidatos, identificações partidárias, visões difusas do mundo político; assim como nas informações que lhe foram passadas pelas próprias elites políticas. Dessa forma, o voto da grande maioria dos eleitores orientar-se-ia pelas “imagens” dos candidatos, que seriam “difusas” e “vagas”, porém não totalmente imprevisíveis e aleatórias, pois assim como Reis (1988, apud Castro, 1992), a autora defende a tese de que o eleitor não sofisticado votaria, em grande parte, no candidato que lhe consegue transmitir a “imagem” de defensor privilegiado dos “pobres”, dos “trabalhadores”, da “maioria da população”. O problema é que o eleitorado com menor grau de sofisticação política nem sempre avalia “adequadamente” qual é o candidato que corresponderia a este perfil.

Na mesma direção dos trabalhos que postulam o papel central da imagem dos candidatos no processo de decisão do eleitor, Silveira (1998), ao trabalhar com dados qualitativos (entrevistas), defende a tese de que estaria em crescimento no país um “novo eleitor intuitivo e não-racional”, que forma sua decisão de voto a partir de informações fornecidas pela mídia e pelo marketing político. Para o autor, estaria ocorrendo o crescimento do “voto flutuante”, “volúvel e mudancista”, que estaria associado ao crescimento do novo eleitor “não-racional”, contraditório do ponto de vista da lógica política, que decide o seu voto de forma emocional, em função das características expressivas e da imagem dos candidatos, especialmente dos aspectos valorativos e simbólicos de caráter moral (Silveira, 1996, apud Carreirão, 2002, p.33).

Por sua vez, Singer (2000) traz a proposta de identificação ideológica para a análise do comportamento eleitoral. Segundo o autor, “a identificação ideológica é a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor” (Singer, 1998, p.43). Para ele, o eleitor possui um conhecimento abstrato do significado de esquerda e direita que lhe possibilita o posicionamento na escala ideológica, conhecimento que, mesmo desestruturado, reflete o seu sistema de crenças. O autor aponta um uso intuitivo das categorias ideológicas esquerda e direita, que poderia ser caracterizado como um sentimento ideológico que “[...] permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente” (Singer, 2000, p. 149).

Seguindo a linha dos autores que acreditam que o comportamento do eleitor brasileiro “mediano”, apesar da baixa “estruturação ideológica”, não é um comportamento “irracional”, Carreirão demonstra em seu estudo que “a maioria dos eleitores, mesmo não sendo muito informada politicamente, apóia-se, ao decidir seu voto, em um conjunto de informações e pistas que sugere uma decisão de voto bem mais complexa do que a suposta por aqueles diagnósticos a respeito do eleitor brasileiro muito comum especialmente nos meios de comunicação” (Carreirão 2002, p. 212). Esse autor acredita que, para dar conta dos diferentes critérios envolvidos na decisão do voto, um modelo deve incorporar pelo menos as seguintes variáveis como determinantes: a imagem política que o eleitor tem dos candidatos e partidos; a avaliação do eleitor sobre o desempenho de governo em exercício; a avaliação do eleitor sobre algumas características pessoais dos candidatos em disputa, especialmente àquelas relativas à capacidade de governar e o grau de escolaridade. Para Carreirão, a escolaridade seria uma variável interveniente, juntamente com os contextos eleitorais. Em sua análise, ele assegura que a identificação ideológica é uma variável relevante, entretanto ela é mais comum entre os eleitores de alta escolaridade do que entre os de baixa escolaridade. Para estes eleitores, que constituem a maioria do eleitorado, o autor afirma que parecem ter mais importância as avaliações que os eleitores fazem do desempenho do governo, onde o voto efetivo no candidato governista varia com o desempenho do governo em exercício no momento da eleição e, também, as características

peçoais dos candidatos, como: honestidade, experiência político-administrativa, sinceridade ou credibilidade.

Carreirão afirma que, por um lado, não é irracional usar fatores como qualificação pessoal para a avaliação do candidato e, por outro lado, se o eleitor conhece o candidato como sendo incompetente, ou desonesto, não lhe é racional procurar conhecer as propostas desse candidato. Isto porque o elemento que determina quanta informação um eleitor pode ou deseja receber é sua capacidade de arcar com os custos não-transferíveis diretamente ligados a toda informação (por exemplo, o tempo gasto para conhecê-la ou obtê-la). Assim, quando um determinado eleitor decide em quem votar, a partir de qualificações pessoais — o voto personalista —, não se deve entender tal procedimento como inadequado para a tomada de decisão. Segundo o autor, é óbvio que, apesar de o voto do tipo "ideológico" ser mais adequado aos interesses da teoria democrática, o voto do tipo personalista torna-se freqüentemente majoritário. Afinal, para haver um voto ideológico requer-se um conjunto de exigências que geram custos, com os quais o eleitor comum, freqüentemente, não pode arcar (Carreirão, 2002, p. 61).

Borba (2004), em análise sobre comportamento eleitoral, também conclui por um eleitor de tipo personalista e que decide seu voto, principalmente, a partir dos atributos individuais de competência e honestidade dos candidatos. “[...] enquanto a personalização parece ser uma exceção e um fenômeno recente das democracias avançadas, em países como o Brasil ela sempre se constituiu em uma das regras do comportamento eleitoral [...]” (Borba, 2005, p. 163). Para o autor, o impacto das idéias tecnocráticas e autoritárias gerou um forte desprestígio das instituições políticas onde se pode destacar o sistema partidário extremamente fragmentado e a atrofia de poder Legislativo frente ao Executivo. Diante disso e somando-se a uma maioria de cidadãos com pouca sofisticação e consistência ideológica, se permitiu que o personalismo constituísse a base histórica de estruturação do comportamento eleitoral no país.

Apesar das diferenças teóricas entre os autores, nesta revisão das teses explicativas sobre o comportamento eleitoral do brasileiro, pode-se afirmar que há um consenso na literatura quanto ao baixo grau de informação e ao caráter difuso e pouco estruturado das opiniões políticas da maioria dos eleitores. Porém, isto não significa visualizar o comportamento eleitoral como “irracional”. Observa-se que a decisão do voto, para grande

parte dos eleitores, está fortemente estruturada pelas “imagens políticas” e avaliações que o eleitor faz de algumas características pessoais dos candidatos em disputa como a honestidade e a competência.

Como destaca Castro, o comportamento do eleitor pode “[...] não corresponder ao cidadão ideologicamente orientado deduzido dos modelos clássicos de política democrática, ou à imagem, até certo ponto idealizada, do eleitor médio europeu, politicamente consciente [...], no entanto, seu voto expressa uma racionalidade que será estruturada a partir do nível cognitivo da grande maioria do eleitorado brasileiro e que se baseia em “imagens fluidas e difusas” a respeito dos políticos e dos partidos” (Castro, 1997, p. 166).

O VOTO EM SANTA CATARINA NA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

A revisão bibliográfica inicial, sobre as teorias e tipologias de autores que estudam o comportamento eleitoral, visou embasar essa segunda parte do trabalho. Segundo Borba e Sell (2006), as análises sobre a política catarinense seguem duas vertentes diferentes, elas se dividem entre uma abordagem “sociológica e outra “politológica”. Seguirei a abordagem sociológica da literatura para testar certas hipóteses explicativas do comportamento dos eleitores, que indicam como estes decidem seus votos influenciados a partir dos contextos sócio-geográficos em que estão inseridos.

Através dessa abordagem, buscarei compreender os padrões de comportamento político e eleitoral que estariam ligados diretamente com os processos de modernização, cujos indicadores centrais são os fenômenos da urbanização e industrialização. Dentre os principais referenciais teóricos dessa abordagem, pode-se destacar autores como Huntington (1968), Almond & Verba (1989), Almond & Power (1966) e Lipset (1967). No Brasil, autores fizeram análises semelhantes utilizando a abordagem sociológica, ou seja, determinantes contextuais do voto. Dentre eles, Soares (1973) – a nível nacional – e Carreirão (1990) – a nível estadual.

Para Soares (1973), atrás do caráter aparentemente individual de muitas decisões políticas como a de votar em um candidato de um partido, há uma infra-estrutura sócio-econômica que as sobredetermina. O autor não nega a importância de outros fatores (psicológicos, por exemplo), mas destaca a existência de estreitas relações entre o voto e o contexto sócio-econômico. Seu estudo dos resultados eleitorais brasileiros de 1945 até 1962 seguiu o enfoque que valoriza a superestrutura a partir das suas estreitas vinculações com o desenvolvimento das forças produtivas e com as relações sociais de produção.

Carreirão (1990) também é um autor que utiliza a abordagem sociológica em sua análise das eleições de 1970 a 1978 em Santa Catarina. Ele avalia o grau de influência do contexto sócio-geográfico sobre o voto no período proposto, para os cargos da Assembléia Legislativa e para o Senado. Sua análise é feita para cada variável sócio-econômica separadamente e seus resultados mostram que há uma tendência relativamente fraca, mas consistente de o MDB ter maiores votações em contextos mais urbanizados, industrializados e/ou alfabetizados, enquanto que para a Arena ocorre o inverso,

comprovando a hipótese norteadora de seu estudo. Em outro trabalho, Carreirão (1995) parte desse mesmo tipo de análise, no entanto abarca os anos de 1979 a 1994. Nesse estudo, o autor também não analisa as eleições para todos os cargos políticos do período. Minha intenção, portanto, utilizando o mesmo tipo de análise, é a cobrir as eleições de 1982 a 2004 envolvendo todos os cargos políticos do processo eleitoral.

Sabe-se que a abordagem sociológica não é a única que explica o comportamento do eleitor. Outras, como já foi citado anteriormente, complementam as variáveis sociológicas. Com a disseminação das técnicas de *surveys*, os estudos nessa área tornaram-se muito mais ricos. Em Santa Catarina a qualidade de *surveys* à disposição da comunidade acadêmica não é das mais adequadas (e a quantidade também é pequena), mas é possível extrair daí alguma informação. Pretendo fazer isto num momento posterior. Neste momento, o instrumento metodológico a ser utilizado será a análise de correlação, a partir de dados agregados.

Dessa forma, a hipótese é a de que há um relativo grau de determinação do voto pelos contextos sócio-geográficos e demográficos. Mais especificamente, testar a hipótese existente na literatura de que em municípios mais urbanizados e/ou industrializados e/ou de maior nível de alfabetização haja uma tendência ao voto nos partidos à esquerda do espectro partidário, maior do que em contextos opostos, conforme tendência já apontada em vários estudos a nível nacional – Lamounier (1980), Lamounier e Cardoso (1978), Soares (1973) – e mesmo para SC em outros períodos – Carreirão (1990).

O teste será realizado através da análise de correlação simples, que consiste em verificar se há variação recíproca entre duas variáveis, através do cálculo de coeficientes de correlação (r de Pearson), a partir de uma equação que leva em conta um certo número de escores de cada um dos indicadores. O coeficiente r pode variar de -1 a $+1$. Coeficientes próximos a zero são indicativos de uma baixa correlação entre as variáveis. O sinal positivo indica que as duas variáveis crescem num mesmo sentido, enquanto o sinal negativo indica que as variáveis crescem no sentido inverso. Exemplificando, um coeficiente de correlação positivo entre o PT e urbanização indica que este partido tende a ter melhores votações (proporcionalmente) nos municípios mais urbanizados do que nos menos urbanizados. Apesar de que, do ponto de vista estritamente estatístico, a existência de uma correlação entre duas variáveis não indique necessariamente uma relação causal entre elas, a partir da

mediação da análise propriamente política, tomei como pressuposto que variáveis demográficas, como urbanização e industrialização e o grau de alfabetização, influenciam o comportamento eleitoral.

Tomando alguns resultados dos censos de 1980, 1991 e 2000 sobre urbanização, dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) sobre industrialização, dados de escolaridade do Atlas do Desenvolvimento Humano e os resultados das eleições de 1982 a 2004 para diferentes cargos políticos, buscarei identificar os determinantes infra-estruturais da força eleitoral dos principais partidos (PT, PMDB, PSDB, PFL e o atual PP) e avaliar a extensão destas determinações.

Para os anos 1980, como indicador de urbanização, foi utilizada a população total dos municípios (Censo 1980); o de industrialização foi a taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – 1984). A correlação com a taxa de alfabetização não se fará presente devido à falta desse dado para o período. Já a partir dos anos 1990 até 2004, como indicadores, pude utilizar a intensidade da urbanização (diminuindo a população urbana da rural) do Censo Demográfico de 1991 e 2000, a taxa de industrialização (percentual de estabelecimentos na indústria) do CAGED de 1991 e 2000, e a taxa de alfabetização do Atlas do Desenvolvimento Humano dos mesmos anos. Quanto aos dados eleitorais, foram obtidos junto ao Necip-UFSC (Núcleo de Estudos de Comportamento e Instituições Políticas) a partir de dados do TRE/SC.

Utilizando os municípios catarinenses como unidade de análise e correlações como técnicas estatísticas, procurarei testar o grau de validade da hipótese apresentada, ou seja, verificar o grau de dependência dos votos em determinados partidos com relação ao contexto sócio-geográfico dos eleitores.

1) As eleições de 1982:

As Tabelas 1 a 11 mostram os coeficientes de correlação encontrados. A Tabela 1 mostra os coeficientes de correlação encontrados entre os resultados eleitorais (por partido, por município) para cada um dos cargos em disputa em 1982 em Santa Catarina e indicadores de urbanização e industrialização dos municípios. Na eleição de 1982 não aparecem dados relativos ao PFL e ao PSDB porque estes partidos só foram criados posteriormente. A primeira eleição disputada pelo PFL foi a de 1986 e a primeira disputada pelo PSDB foi a de 1988.

Carreirão (1990) em estudo similar (correlação do voto com os contextos sócio-geográficos) nos anos de 1970 a 1978, com os partidos, Arena e MDB em disputa para os cargos de Senador e da Assembléia Legislativa, já havia verificado uma tendência relativamente fraca, mas consistente do MDB ter maiores votações em contextos mais urbanizados, industrializados e/ou alfabetizados, enquanto que para a Arena ocorria o inverso. Segundo o autor, isso é válido mais para 1978 do que para 1970; mais para o Senado do que para a Assembléia Legislativa. Essa tendência, principalmente do ano de 1978, se mantém na eleição de 1982 com os partidos PDS (antiga Arena) e PMDB (antigo MDB).

Com se pode ver na Tabela 1 abaixo, os coeficientes de correlação não são elevados, indicando a relativamente baixa influência da variação dos contextos sócio-geográficos sobre o voto em 1982.¹ De toda forma, é importante notar principalmente os coeficientes negativos do PDS frente aos positivos do PMDB e PT, o que parece indicar uma maior tendência de voto do PMDB e do PT em contextos de maior urbanização e industrialização, enquanto o PDS apresentava tendência a obter mais votos, proporcionalmente em contextos opostos, ou seja, menos urbanizados.

Tabela 1: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1982)

¹ Neste tipo de análise, tomando como unidade os municípios, os coeficientes de correlação não costumam ser muito elevados. Não há comparabilidade possível, p/ex., com os coeficientes bem mais altos encontrados por Soares (1973), já que aquele autor trabalha com dados agregados em dois grandes grupos de Estados (“desenvolvidos” e “sub-desenvolvidos”). Neste grau de agregação e de diferenciação das unidades de análise sempre iremos encontrar coeficientes de correlação mais elevados do que no tipo de análise aqui realizada.

| Cargo | Indicador | PDS | PMDB | PT |
|---------------|------------------|------------|-------------|-----------|
| Governador | Urbanização | -0,229 | 0,207 | 0,196 |
| | Industrialização | -0,275 | 0,238 | 0,154 |
| Senador | Urbanização | -0,229 | 0,207 | 0,196 |
| | Industrialização | -0,275 | 0,238 | 0,154 |
| Dep. Federal | Urbanização | -0,254 | 0,210 | 0,195 |
| | Industrialização | -0,284 | 0,248 | 0,152 |
| Dep. Estadual | Urbanização | -0,244 | 0,207 | 0,197 |
| | Industrialização | -0,273 | 0,244 | 0,153 |
| Prefeito | Urbanização | -0,229 | 0,207 | 0,196 |
| | Industrialização | -0,275 | 0,238 | 0,154 |
| Vereador | Urbanização | -0,237 | 0,202 | 0,194 |
| | Industrialização | -0,262 | 0,240 | 0,153 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: população total do município (Censo 1980 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 1984)

2) As eleições de 1986:

A Tabela 2 nos revela que as análises de 1982 se repetem em 1986. Uma relativamente baixa influência, em geral, dos contextos sócio-geográficos sobre o voto; mais uma vez, encontramos coeficientes negativos para o PDS e positivos para o PMDB e PT (embora de baixas magnitudes).

Os baixos coeficientes para o PT parecem estar refletindo o fato de que, como destaca Carreirão (1990), o partido possui suas bases eleitorais mais fortes tanto em alguns dos maiores municípios do Estado, quanto no Oeste do Estado (de base rural); com isso, o resultado acaba sendo um coeficiente de correlação baixo.

O PFL apresentou coeficientes positivos (embora também de baixas magnitudes) em sua primeira eleição, como mostra a Tabela 2. Esse resultado, assim como lembra Carreirão (1990), pode ter se dado devido ao fato que em 1986 o partido ainda não estava organizado em todo o Estado, tendo os maiores municípios um peso proporcionalmente maior em sua votação nesse momento.

Tabela 2: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1986)

| Cargo | Indicador | PDS | PFL | PMDB | PT |
|---------------|------------------|------------|------------|-------------|-----------|
| Governador | Urbanização | -0,299 | 0,163 | 0,060 | 0,109 |
| | Industrialização | -0,354 | 0,280 | 0,036 | 0,034 |
| Senador* | Urbanização | -0,072 | 0,112 | 0,102 | 0,054 |
| | Industrialização | -0,088 | 0,032 | 0,123 | 0,022 |
| Dep. Federal | Urbanização | -0,267 | 0,098 | 0,136 | 0,039 |
| | Industrialização | -0,269 | 0,059 | 0,214 | 0,016 |
| Dep. Estadual | Urbanização | -0,265 | 0,117 | 0,133 | 0,047 |
| | Industrialização | -0,272 | 0,116 | 0,168 | 0,008 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: população total do município (Censo 1980 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 1984)

3) As eleições de 1988 e 1989:

Nas eleições de 1988 para Vereador e Prefeito (Tabela 3) é possível observar a transformação do PMDB, que vinha seguindo com uma maior votação em contextos urbano-industriais e que passa a apresentar um resultado oposto, a partir dessa eleição, para esses dois cargos. Mas é em 1990 que se confirma, realmente, uma tendência à interiorização de seu apoio eleitoral em Santa Catarina onde fica clara a inversão de sinal nos seus coeficientes para os demais cargos políticos analisados.

É notório o resultado da correlação do voto com os contextos sócio-geográficos para o PSDB que, em sua primeira eleição, se apresentaram bastantes relevantes com os indicadores, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 3: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1988)

| Cargo | Indicador | PDS | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|--------------|------------------|------------|------------|-------------|-------------|-----------|
| Vereador | Urbanização | -0,149 | -0,068 | 0,345 | -0,104 | 0,145 |
| | Industrialização | 0,170 | 0,062 | 0,357 | -0,054 | 0,056 |
| Prefeito | Urbanização | -0,085 | -0,054 | 0,345 | -0,070 | 0,134 |
| | Industrialização | -0,126 | -0,027 | 0,381 | -0,045 | 0,076 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: população total do município (Censo 1980 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 1984)

Na eleição Presidencial de 1989, pôde-se perceber, novamente, baixos coeficientes. Ou seja, o voto também não variou muito com as variações do grau de urbanização e de

* Para o cargo de Senador, por existir na disputa eleitoral, mais de um candidato do mesmo partido político, foi escolhido, involuntariamente, apenas um candidato representante por partido para a realização das correlações propostas.

industrialização dos municípios. Os dados não se farão aqui presentes pelo fato de não possuir nenhum resultado novo do que, até então, foi apresentado. No 2º turno, assim como Carreirão (1995), pude observar que, mesmo com uma polarização ideológica como o PT (Lula) e PRN (Collor), houve uma pequena tendência a melhores votações do PT à medida que crescem a urbanização e industrialização dos municípios, enquanto o apoio a Collor segue uma tendência inversa.

4) As eleições de 1990:

Na Tabela 4 foi verificada uma diminuição ainda maior da influência dos contextos sócio-geográficos sobre o voto para a maioria dos cargos e partidos, “possivelmente refletindo uma maior homogeneidade entre os principais partidos em termos organizacionais” (Carreirão,1995, p. 47).

Nesta eleição se percebe claramente a inversão de sinal dos coeficientes do PMDB, caracterizando uma tendência à interiorização de seu apoio eleitoral em Santa Catarina.

O PDSB apresentou coeficientes positivos, embora de baixa magnitude, para quase todos os cargos. É relevante seu grau de correlação - do voto com as variáveis analisadas - para Governador, onde mostrou índices significativos, conforme mostra a Tabela 4.

A partir deste ano, a alfabetização também é analisada como indicador da variável educação, juntamente com as variáveis demográficas (urbanização e industrialização):

Tabela 4: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1990)

| Cargo | Indicador | PDS | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|---------------|------------------|------------|------------|-------------|-------------|-----------|
| Governador | Urbanização | - | -0,290 | 0,241 | -0,142 | - |
| | Industrialização | - | 0,291 | 0,305 | -0,161 | - |
| | Escolaridade | - | 0,028 | 0,378 | -0,143 | - |
| Senador | Urbanização | -0,279 | - | -0,002 | - | 0,010 |
| | Industrialização | -0,104 | - | 0,138 | - | 0,041 |
| | Escolaridade | -0,018 | - | 0,176 | - | 0,035 |
| Dep. Federal | Urbanização | -0,239 | 0,076 | 0,231 | -0,084 | 0,002 |
| | Industrialização | 0,240 | -0,006 | 0,232 | -0,034 | 0,011 |
| | Escolaridade | 0,067 | -0,110 | 0,023 | -0,006 | 0,027 |
| Dep. Estadual | Urbanização | -0,185 | 0,075 | 0,070 | -0,107 | 0,044 |
| | Industrialização | -0,158 | -0,012 | 0,069 | -0,076 | 0,040 |
| | Escolaridade | 0,081 | -0,050 | 0,047 | 0,009 | 0,094 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 1991 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 1991);

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 1991).

5) As eleições de 1992:

Nas eleições para Vereador e Prefeito de 1992 segue a baixa influência dos contextos sócio-geográficos e do grau de alfabetização sobre o voto. Os partidos: PDS, PFL e PMDB, seguem com coeficientes negativos ou de baixa magnitude e o PSDB e PT, em geral, com coeficientes positivos embora também de baixa relevância. Sendo que, o PSDB apresenta correlações maiores do que o PT, principalmente, para o cargo de Vereador. A Tabela 5 ilustra esse quadro:

Tabela 5: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1992)

| Cargo | Indicador | PDS | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|--------------|------------------|------------|------------|-------------|-------------|-----------|
| Vereador | Urbanização | -0,156 | 0,013 | 0,159 | -0,144 | -0,013 |
| | Industrialização | -0,183 | -0,074 | 0,205 | -0,107 | 0,053 |
| | Escolaridade | -0,003 | -0,068 | 0,181 | 0,006 | -0,078 |
| Prefeito | Urbanização | -0,087 | -0,033 | -0,005 | -0,002 | 0,040 |
| | Industrialização | -0,120 | -0,099 | 0,011 | 0,045 | 0,109 |
| | Escolaridade | -0,081 | -0,025 | 0,093 | 0,054 | -0,043 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 1991 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 1991)

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 1991).

6) As eleições de 1994:

A primeira constatação, nesta eleição, é a dos baixos índices de correlação, indicando uma baixa influência dos contextos sobre o voto em todos os níveis eleitorais. O partido PPR (antigo PDS), na correlação do voto com o indicador de escolaridade, para os cargos de Governador, Deputado Federal e Presidente, apresentou índices bastante significativos. Essa eleição mostrou que, no PPR, houve uma maior tendência do voto, especialmente para esses cargos, dos eleitores com maior grau de alfabetização. Já o PT, para essa mesma

variável (escolaridade), mostrou especialmente para os cargos de Deputado Federal, Estadual e Presidente, coeficientes negativos. Esse resultado, que já havia ocorrido na eleição de 1992 e estende-se para esta, revela que o partido teve um maior número de votos nos contextos de menor grau de alfabetização da população, conforme indicou a Tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1994)

| Cargo | Indicador | PDS/ PPR | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|---------------|------------------|-------------|--------|--------|---------|--------|
| Governador | Urbanização | -0,113 | 0,080 | - | 0,003 | - |
| | Industrialização | -0,093 | 0,024 | - | -0,004 | - |
| | Escolaridade | 0,235 | -0,054 | - | -0,018 | - |
| Senador* | Urbanização | -0,009 | 0,004 | - | -0,0178 | 0,070 |
| | Industrialização | -0,087 | 0,055 | - | -0,117 | 0,079 |
| | Escolaridade | 0,064 | 0,038 | - | -0,020 | -0,077 |
| Dep. Federal | Urbanização | -0,206 | 0,097 | 0,060 | -0,031 | 0,004 |
| | Industrialização | -0,218 | 0,046 | 0,051 | -0,063 | 0,056 |
| | Escolaridade | 0,209 | -0,163 | -0,055 | -0,053 | -0,103 |
| Dep. Estadual | Urbanização | -0,120 | -0,004 | 0,174 | -0,050 | 0,046 |
| | Industrialização | -0,166 | -0,010 | 0,141 | -0,019 | 0,111 |
| | Escolaridade | -0,024 | -0,051 | 0,081 | 0,076 | -0,120 |
| Presidente | Urbanização | -0,143 | - | 0,198 | -0,290 | 0,062 |
| | Industrialização | -0,167 | - | 0,203 | -0,332 | 0,127 |
| | Escolaridade | 0,249 | - | 0,131 | -0,236 | -0,113 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 1991 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 1991);

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 1991).

Para o cargo de Presidente foi possível perceber a diferença, frente às correlações com urbanização e industrialização, entre, de um lado, FHC e Lula e, de outro Amin: “enquanto os dois primeiros têm tendência ligeiramente maior para melhores votações em contextos de maior urbanização e industrialização, Amin obtém sua votação preferencialmente de áreas inversas (rurais)” (Carreirão, 1995, p. 47).

7) As eleições de 1996:

* Para o cargo de Senador, por existir na disputa eleitoral, mais de um candidato do mesmo partido político, foi escolhido, involuntariamente, apenas um candidato representante por partido para a realização das correlações propostas.

Nesta eleição, para os cargos de Vereador e Prefeito, segue um quadro relativamente próximo às outras eleições: uma baixa correlação dos contextos sobre o voto. Os partidos: PPB (antigo PPR), PFL e PMDB mostrando coeficientes negativos e/ou de baixa magnitude e o PSDB e PT, em geral, apresentando maior grau de correlação com os indicadores demográficos. A correlação do voto com o indicador de escolaridade mostrou-se, mais uma vez, maior para o PSDB do que para o PT.

Tabela 7: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1996)

| Cargo | Indicador | PPR/ PPB | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|----------|------------------|-------------|--------|--------|--------|--------|
| Vereador | Urbanização | -0,159 | -0,004 | 0,047 | -0,120 | 0,019 |
| | Industrialização | -0,162 | -0,064 | 0,045 | -0,108 | 0,070 |
| | Escolaridade | -0,007 | -0,073 | 0,100 | 0,039 | -0,146 |
| Prefeito | Urbanização | 0,039 | -0,029 | -0,012 | -0,085 | 0,166 |
| | Industrialização | 0,070 | -0,049 | -0,022 | -0,088 | 0,245 |
| | Escolaridade | 0,058 | -0,085 | 0,021 | 0,030 | -0,028 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 1991 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 1991)

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 1991).

8) As eleições de 1998:

Para esta eleição foi possível verificar o seguinte quadro: o PPB (antigo PDS e PPR), que é um partido historicamente forte no Estado e que, a partir das eleições de 1994, apresentou uma considerável influência do voto com os contextos urbano-industriais e, principalmente, com o grau de alfabetização, nesta eleição esse resultado se repete, principalmente para a eleição do governo do Estado; o PMDB, segue sua correlação negativa com os contextos apresentados; o PT, partido representado como de esquerda, têm um aumento significativo na correlação das variáveis demográficas (urbanização e industrialização) com o voto para a eleição do cargo de Governador. A variável alfabetização, embora positiva, apresentou baixo coeficiente correlacional com partido. Para Presidente, o partido apresenta correlações negativas do voto com os indicadores levando a uma possível tendência dos eleitores do candidato Lula estarem situados em contextos de menor urbanização, industrialização e apresentarem menor nível de alfabetização; o PSDB manteve-se com

suas características de coeficientes positivos e para o cargo de Presidente, o partido mostrou correlações significativas, principalmente com a alfabetização, o que pode caracterizar que os eleitores do candidato Fernando Henrique Cardoso, estavam situados em contextos opostos aos do PT e apresentavam maior grau de alfabetização; o PFL, partido a direita do espectro ideológico, onde vinha mostrando coeficientes negativos e/ou de baixa magnitude com os contextos, aparece com coeficientes positivos para todos os cargos analisados, principalmente para o cargo de Senador.

A Tabela 8 exemplifica a descrição acima mostrando os índices de correlação para todos os cargos e os cinco principais partidos:

Tabela 8: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 1998)

| Cargo | Indicador | PPR/ PPB | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|---------------|------------------|-------------|-------|-------|--------|--------|
| Governador | Urbanização | 0,151 | - | - | -0,308 | 0,377 |
| | Industrialização | 0,198 | - | - | -0,335 | 0,367 |
| | Escolaridade | 0,386 | - | - | -0,267 | 0,089 |
| Senador | Urbanização | - | 0,173 | - | -0,299 | - |
| | Industrialização | - | 0,212 | - | -0,321 | - |
| | Escolaridade | - | 0,353 | - | -0,289 | - |
| Dep. Federal | Urbanização | -0,091 | 0,182 | 0,124 | -0,130 | 0,099 |
| | Industrialização | -0,093 | 0,111 | 0,191 | -0,130 | 0,083 |
| | Escolaridade | 0,118 | 0,035 | 0,222 | -0,034 | -0,193 |
| Dep. Estadual | Urbanização | -0,051 | 0,137 | 0,090 | -0,151 | 0,148 |
| | Industrialização | -0,028 | 0,131 | 0,109 | -0,179 | 0,111 |
| | Escolaridade | 0,063 | 0,083 | 0,179 | -0,130 | -0,106 |
| Presidente | Urbanização | - | - | 0,116 | - | -0,029 |
| | Industrialização | - | - | 0,142 | - | -0,047 |
| | Escolaridade | - | - | 0,246 | - | -0,187 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 2000 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 2000);

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000).

9) As eleições de 2000:

As eleições de 2000, para Prefeito e Vereador, também mostra, em geral, uma baixa correlação dos contextos sobre o voto: variáveis demográficas apresentando negativas e/ou baixas correlações com o voto para os partidos do PPB, PFL, PSDB e PMDB; enquanto a influência dessas variáveis para o PT é significativa, principalmente para o cargo de Prefeito no Estado. A taxa de alfabetização, para esse último partido, continuou com significância baixa e/ou negativa na correlação com o voto. O PSDB, continuou apresentado melhores votações dos eleitores com maior grau de alfabetização.

Tabela 9: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 2000)

| Cargo | Indicador | PPB | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|--------------|------------------|------------|------------|-------------|-------------|-----------|
| Vereador | Urbanização | -0,197 | -0,047 | 0,048 | -0,227 | 0,130 |
| | Industrialização | -0,224 | -0,019 | 0,051 | -0,219 | 0,181 |
| | Escolaridade | -0,031 | -0,022 | 0,122 | 0,024 | -0,081 |
| Prefeito | Urbanização | -0,110 | 0,004 | -0,008 | -0,081 | 0,280 |
| | Industrialização | -0,168 | 0,025 | 0,044 | -0,092 | 0,398 |
| | Escolaridade | -0,019 | -0,085 | 0,076 | 0,098 | 0,049 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 2000 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 2000)

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000).

10) As eleições de 2002:

Em 2002, os partidos considerados à direita do espectro ideológico apresentaram a mesma tendência do ano 2000. O PSDB seguiu mostrando coeficientes positivos em suas correlações, embora de baixa magnitude. O PT demonstra uma tendência a maiores votos em contextos mais urbanizados e industrializados, porém com pouca influência do grau de alfabetização, como já vinha apresentando anteriormente. Neste partido, o candidato a Presidência, apresenta uma correlação (do voto com as variáveis demográficas) de baixa magnitude. A Tabela 10 a seguir expõe os resultados das correlações:

Tabela 10: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 2002)

| Cargo | Indicador | PPB | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|---------------|------------------|------------|------------|-------------|-------------|-----------|
| Governador | Urbanização | -0,234 | - | - | 0,004 | 0,193 |
| | Industrialização | -0,224 | - | - | -0,034 | 0,226 |
| | Escolaridade | -0,045 | - | - | 0,080 | 0,029 |
| Senador* | Urbanização | -0,332 | -0,248 | 0,135 | -0,219 | 0,257 |
| | Industrialização | -0,351 | -0,257 | 0,160 | -0,247 | 0,287 |
| | Escolaridade | -0,189 | -0,184 | 0,273 | -0,033 | 0,104 |
| Dep. Federal | Urbanização | -0,258 | 0,002 | 0,116 | -0,166 | 0,215 |
| | Industrialização | -0,269 | -0,014 | 0,167 | -0,171 | 0,243 |
| | Escolaridade | -0,175 | 0,133 | 0,183 | -0,005 | 0,048 |
| Dep. Estadual | Urbanização | -0,121 | -0,028 | 0,077 | -0,209 | 0,164 |
| | Industrialização | -0,117 | -0,056 | 0,052 | -0,216 | 0,218 |
| | Escolaridade | 0,094 | -0,155 | 0,062 | -0,019 | 0,034 |
| Presidente | Urbanização | - | - | 0,001 | - | 0,013 |
| | Industrialização | - | - | 0,009 | - | 0,018 |
| | Escolaridade | - | - | 0,094 | - | 0,124 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 2000 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 2000);

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000).

11) As eleições de 2004:

Nas eleições de 2004 para Vereador e Prefeito se percebe, praticamente, o mesmo quadro descrito ao longo do período analisado. Para os partidos: PP (antigo PPB), PFL e PMDB, em geral, coeficientes negativos indicando que esses partidos têm tendência a melhores votações em contextos menos urbanizados, industrializados e dos eleitores com menor grau de alfabetização; e para o PSDB e PT, em geral, coeficientes positivos mas de baixa magnitude com as variáveis correlacionadas confirmando que esses partidos têm tendência a melhores votações em contextos opostos àqueles e nos eleitores de maior grau de alfabetização.

Na Tabela 11, nota-se que os coeficientes correlacionais do PSDB se sobrepõem aos do PT, principalmente na correlação do voto com a variável de escolaridade. Confirma-se, portanto, que o PSDB tem sua base eleitoral mais forte nos eleitores com

* Para o cargo de Senador, por existir na disputa eleitoral, mais de um candidato do mesmo partido político, foi escolhido, involuntariamente, apenas um candidato representante por partido para a realização das correlações propostas.

maior grau de alfabetização do que os eleitores petistas para a maioria dos cargos do período analisado.

Tabela 11: Correlação: voto x contexto sócio-geográfico (SC – 2004)

| Cargo | Indicador | PPB/ PP | PFL | PSDB | PMDB | PT |
|--------------|------------------|--------------------|------------|-------------|-------------|-----------|
| Vereador | Urbanização | -0,187 | -0,027 | 0,081 | -0,268 | 0,094 |
| | Industrialização | -0,198 | -0,025 | 0,055 | -0,258 | 0,150 |
| | Escolaridade | -0,028 | -0,046 | 0,180 | -0,012 | -0,029 |
| Prefeito | Urbanização | -0,094 | 0,019 | 0,206 | -0,253 | 0,136 |
| | Industrialização | -0,100 | 0,026 | 0,196 | -0,254 | 0,164 |
| | Escolaridade | 0,036 | -0,034 | 0,126 | -0,078 | 0,062 |

Dados eleitorais: Necip/UFSC.

Indicadores: Urbanização: intensidade da urbanização (Censo 2000 – IBGE);

Industrialização: taxa de estabelecimentos na indústria (CAGED – Ano 2000)

Escolaridade: taxa de alfabetização (Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo de correlação entre as votações dos principais partidos catarinenses com as variáveis sócio-geográficas e o grau de alfabetização, convém destacar os seguintes pontos:

1º) A relativamente baixa influência, como regra geral, das variáveis contextuais analisadas sobre o voto em SC, no período 1982 a 2004.

2º) O PMDB mantém em 1982 e 1986 a tendência do antigo MDB, de obter maior apoio eleitoral quanto maior a urbanização e a industrialização dos municípios. Nota-se que esta tendência é revertida em 1990, refletindo o processo de "interiorização" de suas bases eleitorais. Carreirão (1995) acrescenta o fato de em 1990 o PMDB estar ocupando o governo do Estado. Isso também pode ter contribuído, já que, em geral, essa condição tende a reforçar o peso de um partido nos pequenos municípios. A partir desta eleição, o partido manteve suas correlações, em geral, negativas com as variáveis demográficas e de escolaridade.

3º) O PT foi um partido que seguiu com coeficientes positivos, embora de baixa magnitude, em praticamente todo o período analisado demonstrando uma tendência a maiores votos em contextos mais urbanizados e industrializados, porém com pouca influência do grau de alfabetização.

Uma possível explicação para os baixos níveis correlacionais desse partido (definido como à esquerda do espectro partidário) seria a de que sua maior força eleitoral, em termos relativos, vem da região Oeste de SC, de base rural, principalmente devido ao peso dos movimentos populares e da Igreja.

Para as eleições majoritárias, essa tendência (baixos níveis correlacionais) tem sido neutralizada, passando a obter mais votos nos municípios mais urbanizados, industrializados e alfabetizados do Estado.

4º) O PP (antigo PDS, PPR e PPB), na quase totalidade do período analisado, apresentou correlações negativas. Isso significa que o partido tem melhores votações em contextos menos urbanizados e industrializados, corroborando a hipótese norteadora do estudo.

Em relação às exceções apresentadas ao longo do trabalho que mostravam correlações positivas de alguns partidos de direita com determinadas variáveis, uma das possíveis explicações que Carreirão (1995) traz é a de que os partidos mais à direita obtêm boas votações nas regiões de colonização alemã, onde a esquerda tem, historicamente, dificuldade de penetrar e onde as taxas de alfabetização também são mais altas.

5º) O PFL também apresentou, na maioria dos casos analisados, coeficientes correlacionais negativos, indicando que ele possui, assim como o PP, uma tendência a maiores votações em municípios “mais rurais” e em contextos de menor grau de alfabetização.

6º) Já o PSDB, um partido considerado de centro pela literatura, mostrou resultados interessantes. Foi possível verificar ao longo das eleições analisadas que esse partido, no Estado de Santa Catarina, apresenta melhores votações em contextos de maior urbanização, industrialização e em contextos de maior grau de alfabetização. O PSDB, portanto, demonstrou ser um partido urbano que tem uma base eleitoral composta, na maior parte, por uma população com maior grau de escolaridade. Nestes contextos, o PSDB parece ter maior votação, na maioria dos casos, do que o próprio PT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G. & POWELL, C. G. *Comparative politics: a development approach*. Boston: Little, Brown & Co., 1966.

ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

Banco de Pesquisa de Opinião Política em Santa Catarina. Dados Eleitorais – Santa Catarina. NECIP (Núcleo de Estudos em Comportamento e Instituições Políticas – UFSC). Disponível em: <<http://www.necip.ufsc.br/bpo/>>. Acesso em: 18 maio 2006.

BORBA, Julian. *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral*: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Mar. 2005, vol.11, no.1, p.147-168. ISSN 0104-6276.

CARREIRÃO, Y. de S. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras* – Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 – 1979*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

_____. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1980 – 1995*. Florianópolis: Relatório Final de Pesquisa, 1995.

CASTRO, M. M. *Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral*: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, 1992.

_____. *Determinantes do comportamento eleitoral*: a centralidade da sofisticação política. *Tese de Doutorado em Ciência Política*, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

HUNTINGTON, S. *Political order in changing societies*. New Haven, Yale University Press, 1968.

LAMOUNIER, B. *Voto de Desconfiança em São Paulo*: eleições e mudanças 1970-79. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Paz e Terra/CEBRAP. Rio de Janeiro, 2ª ed., 1978.

LIPSET, S. *O Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 junho 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 15 julho 2006.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 21 julho 2006

SELL, C. E. e BORBA, J. *Eleições municipais e sistema partidário em Santa Catarina (1996-2004)*: uma análise a partir dos resultados eleitorais. Florianópolis: Ed. Insular, 2006.

SILVEIRA, F. E. *Escolha Intuitiva: nova modalidade de decisão do voto: Opinião Pública*, nº 2, p.61-72, 1994.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: EDUSP, 2000.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil* (Desenvolvimento, Classe e a Política durante a Segunda República). São Paulo: Difel, 1973.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Histórico de Eleições. Disponível em: <<http://www.tre-sc.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2006.